

Coim
Cat. XXV
Ca. B
N.º

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO I



COIMBRA / 1940

LIVRO VERDE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (Cartulário do século xv) — Leitura, revisão e prefácio, de António Gomes da Rocha Madahil. Coimbra, 1940, cxiii + 306 págs.

Bom serviço acaba de prestar à historiografia portuguesa o Sr. António Gomes da Rocha Madahil, erudito conservador do Arquivo da Universidade, publicando este precioso cartulário que tem sido e continuará a ser a principal fonte para a história da nossa «Alma Mater» durante a Idade-Me'dia.

Mas o Sr. Madahil não se limitou a fazer a transcrição do códice; foi mais longe: escreveu uma longa Introdução em que estuda a organização do cartório da Universidade até à sua transferência definitiva para Coimbra em 1537, analisa os caracteres extrínsecos e intrínsecos do *Livro Verde*, e explica a orientação seguida na presente edição; sumariou todos os diplomas do cartulário, anotando as principais variantes do chamado *Códice Joannino*; publicou, em apêndice, os originais transcritos no *Livro Verde* que ainda se conservam no Arquivo da Universidade; e, finalmente, além de uma tabela cronológica de todos os documentos insertos no cartulário, elaborou os respectivos índices antroponomástico e toponomástico.

Não se trata, porém, duma edição crítica no verdadeiro sentido da palavra, pois não só se não procuraram restituir à forma primitiva os documentos de que se perdeu o original, mas nem sequer se fez o confronto dos autógrafos que ainda existem com as respectivas transcrições (4). Por outro lado, o texto não foi devidamente anotado^).

(1) Lamentável, sob todos os pontos de vista, que o Autor não pudesse examinar os originais dos documentos transcritos no *Livro Verde* que ainda se encontram na Torre do Tombo. Não faz mesmo sentido que, dispendendo-se uma importância de certo modo avultada com uma publicação como esta, se não pudesse fazer a reprodução fotográfica desses documentos, que acarretaria uma despesa relativamente pequena, uma vez que, da respectiva pesquisa arquivística, se encarregasse um funcionário da Torre do Tombo — o que, para casos como este, devia ser corrente. E assim, já o Autor poderia dispôr dos elementos indispensáveis para a realização satisfatória do trabalho a que tão louvavelmente se abalançou.

(2) O Sr. Madahil refere-se às enormes dificuldades que teve de vencer para levar a cabo esta publicação, sendo, como é, o único funcionário

Ditas estas palavras de esclarecimento, passaremos a apreciar o trabalho de A. M., analisando especialmente algumas das suas passagens sobre as quais nos pareceu dever incidir especialmente a nossa atenção.

Notaremos, em primeiro lugar, a desproporção que existe entre a primeira e a segunda partes da Introdução. Realmente, tratando-se do *Livro Verde*, as referências ao cartório da Universidade medieval deviam ter apenas em vista esclarecer a formação do referido cartulário, pondo de parte questões e pormenores que, não podendo ser aqui convenientemente tratados, deveriam antes ser desenvolvidos em estudo especial. Notaremos ainda que a transcrição integral de documentos demasiadamente longos para virem no texto da Introdução, chega a prejudicar a clareza do sentido, sem que, ao menos, as referidas transcrições sirvam para esclarecer as conclusões do Autor — única finalidade que poderia justificar a sua publicação neste lugar ⁽³⁾.

Ao analisar os caracteres extrínsecos do *Livro Verde*, A. M. principia, naturalmente, a descrever a encadernação do volume e indicar o número de cadernos e de páginas que tem, dando as suas dimensões e analisando a qualidade do papel; depois, ocupa-se da mancha caligráfica e de todos os problemas que com ela se relacionam ; refere-se à caligrafia do *Livro Verde*, à ornamentação das iniciais, ao sistema abreviativo usado, à pontuação, e à partição de palavras; transcreve e aprecia a subscrição do códice; e, finalmente, refere-se às anotações marginais e à numeração dos fólhos.

A análise destes caracteres foi, porém, apressadamente feita, sem aquele cuidado e preocupação de pormenor que caracterizam outras passagens dêste trabalho.

técnico do Arquivo da Universidade, e tendo, assim, «de, diàriamente, dispersar a atenção pelos múltiplos problemas que o avultado movimento da Repartição apresenta» — circunstância que, evidentemente, o absolve de todas as deficiências que o seu trabalho apresenta.

(3) Assim, à transcrição dos inventários de 1558 e 1504 a 1616, segue-se a declaração de não ser esse o lugar apropriado para o seu comentário desenvolvido «que, necessariamente, assumiria grande extensão, pela extraordinária importância que o assunto tem». E o que desses inventários se utiliza, são apenas as referências ao *Livro Verde*, que a seguir de novo se transcrevem em algumas linhas.

Assim, ao referir-se ao papel, A. M. diz apenas ser um tanto encorpado, descrevendo a sua marca de água, sem nos dizer nada sobre as substâncias que o constituem e sua fabricação, nem estabelecer o confronto, que certamente seria muito elucidativo, com outros papeis da época.

A caligrafia do códice, considera-a o Sr. Madahil como «um cursivo gótico pouco definido», comparando-a com a do *Liber Rectorum* da Universidade de Montpellier, já classificada como «gótica do meado do século xv, pouco anguiosa e traçada com muita perfeição». Porém, a própria análise paleográfica do cartulário nos proporciona elementos que nos permitem chegar a conclusões mais precisas.

O facto verificado, e muito bem, pelo próprio Autor, de as *chamadeiras* dos documentos, em gótico de livros, serem feitas «à medida que se escreveu o códice e pelo mesmo calígrafo», dando-nos a medida das suas aptidões caligráficas, contribue para explicar o carácter da escrita do códice. Mas o que, sobretudo, nos esclarece, é o confronto desta com a da subscrição. Trata-se bem claramente do cursivo gótico do século xv, com manifesta tendência para as formas arredondadas e para o desenvolvimento das hastes — tendência essa que o levaria a transformar-se na escrita processada dêsse mesmo século.

Ora, do confronto da escrita das páginas do texto com a da subscrição final, chega-se claramente à conclusão de que o escriba, sem alterar completamente o seu tipo de letra, procurou, no entanto, caligrafar o cursivo, aproximando-o da escrita redonda ou semi-gótica, que se transformaria, por natural evolução das suas características, na belíssima escrita redonda de livros. Daí considerar A. M., e com razão, este tipo de letra pouco definido.

Sobre as referências ao sistema abreviativo usado, à pontuação, à partição das palavras ao terminar a linha, e às emendas e entrelinhas, notaremos apenas que A. M. só exemplifica no caso duma abreviação caprichosa e de divisões arbitrárias de palavras, o que não é bastante, dada a importância destes caracteres extrínsecos, especialmente a braquigrafia e a estigmologia, que deviam ser analisadas mais detidamente.

Já a organização do *Livro Verde* foi estudada com muito mais cuidado. A. M. chega à conclusão — fundamental para o estudo de caracteres intrínsecos dos documentos transcritos — «de que o

Livro Verde é simplesmente a cópia dum ou mais livros ou públicas-formas avulsas, onde aqueles quinze notários (que são mencionados no cartulário) (4) transcreveram os documentos originais que no decurso de 88 anos (1368-1456) lhes foram presentes».

De facto, entre os 140 documentos transcritos, só em quatro não aparece referência à transcrição notarial, o que, nem mesmo relativamente a êsses, prova terem sido as cópias feitas directamente do original, pois — como muito justamente observa A. M. — nada impede que êstes documentos tivessem sido directamente transcritos de apógrafos sem autenticação (5).

Mas, teriam os documentos do *Livro Verde* sido copiados de outros cartulários ou públicas-formas avulsas ?

Apesar de ter admitido a alternativa, o Autor não hesita afirmar, depois, que Vasco do Avelar — o escriba — se limitou «a copiar um ou mais livros primitivos», porque, «se copiasse diplomas avulsos, quer originais quer em pública-forma, não se explica que tivesse desprezado todos os que no *Livro Verde* se não encontram e o Arquivo da Universidade ainda hoje conserva».

Esta explicação não pode, porém, satisfazer-nos de modo nenhum. De facto, se assim fosse, porque razão não teriam sido transcritos, no cartulário ou cartulários mais antigos, êsses documentos ?

A hipótese apresentada pelo Sr. Madahil só seria satisfatória se Avelar apenas deixasse de transcrever os diplomas lavrados a partir de 1456 — o que não se verifica (6).

Mas a existência, no Arquivo da Universidade, dum cartulário anterior é revelada, como verifica A. M., pelo formulário notarial copiado no *Livro Verde*, e «podemos acompanhar perfeitamente a sua origem e evolução, lendo com cuidado a cópia de Vasco do

(4) A pág. cv da Introdução, o Autor dá-nos um quadro em que são indicados pela ordem por que aí aparecem, e mencionadas as localidades e as datas das públicas-formas ou dos termos.

(5) O caso merecia, no entanto, ser mais atentamente estudado, pois, apesar de se tratar dum número tão exíguo de documentos, é bem possível que possa contribuir para esclarecer a organização do nosso cartulário.

(6) O Autor dá-nos, em nota, os sumários desses documentos que são oito, pelo menos; mas só muito vagamente se refere aos anteriores, que também não foram transcritos no *Livro Verde*, e que, por certo, não ofereceriam menos interesse. Não compreendemos, por isso, a razão da diferença do critério adoptado.

Avelar» (7). Nove vezes é esse antigo cartulário designado *Livro dos Privilégios do Estudo*; mas muito maior número de referências explícitas se lhe fazem aí. O Autor refere-se-lhes pormenorizadamente, com uma preocupação de exactidão* absolutamente louvável; e tanto assim que não lhe escapou, como precioso elemento de identificação que é, o próprio índice colocado no princípio do *Livro Verde*, cuja epígrafe demonstra ter pertencido a um cartulário anterior.

A. M., continuando a sua tão minuciosa análise, põe ainda em relêvo a referência a um *caderno de purgaminho* que encontrou em carta de D. Fernando de 1367, transcrita por Avelar — caderno que contém quinze diplomas, e que dois notários, que autenticam as públicas-formas nêle feitas, denominam *Livro da Universidade*.

Não creio, porém, poder considerar-se êste livro uma segunda fonte do *Livro Verde*, pois o próprio índice inserto no princípio dêste cartulário demonstra que os diplomas do referido caderno tinham sido encorporados ao *Livro dos Privilégios* que o nosso escriba copiou (8).

As anomalias cronológicas que se verificam no *Livro Verde* mereceram também a atenção do Autor, oferecendo-lhe oportunidade de fazer algumas observações muito justas. Não compreendemos, porém, porque razão hesita em considerar êrros de cópia, se alguns dêsses êrros se verificam pelo confronto com os originaes que ainda existem. Não se trata, portanto, apenas

(7) O Autor documenta esta afirmação com um alvará de D. Fernando de 1378 e o auto lavrado peio tabelião João Rodrigues, que transcreve no texto da Introdução sem se compreender muito bem porquê, pois os dois documentos figuram no *Livro Verde* publicado a seguir. Parecia-nos, por isso, preferível que se transcrevessem aí apenas as passagens que para o efeito interessam.

Também nos parecia dispensável a afirmação de que o livro onde se lavrou a pública-forma dos três diplomas que se seguem (livro a que se refere o formulário notarial que a autentica) «não é o próprio *Livro Verde*» pela simples razão de que isso se passou em 1379, e o *Livro Verde* foi escrito quási um século depois. Para quê, pois, acrescentar ainda mais argumentos: uniformidade caligráfica, ausência de sinais notariaes, ressalva de erratas que se não encontram, etc.?

(8) Não nos parece, por isso, justificável que A. M. considere que Avelar utilizou «mais duma fonte documental», tanto mais que não apresenta nenhum argumento que contribua para justificar esta conclusão.

de uma hipótese cómoda, mas, na maior parte dos casos, da mais verosímil (9).

A transcrição do códice é diplomática, isto é, a interpretação dos sinais braquigráficos é feita em itálico, ficando assim o leitor habilitado a julgar sobre a orientação seguida. O esforço que tal prática exige é tão considerável que não podemos deixar de lhê dar relêvo ao apreciar o trabalho de A. M.

Ainda em obediência à mesma orientação, as letras ou palavras ilegíveis no cartulário, mas que puderam ser reconstituídas, foram impressas também em itálico, mas entre parêntesis.

Os sumários dos documentos, que tiveram de ser, por razões de ordem tipográfica, impressos no corpo da obra, foram-no, do mesmo modo, em itálico e entre parêntesis, indicando-se, assim, que não faziam parte do manuscrito.

Quanto ao critério seguido de fazer imprimir em tipo menor o aparato notarial das públicas-formas, nada teria a objectar se não se verificassem algumas incongruências. Assim, porque razão o alvará de D. Fernando, de 4 de Novembro de 1378, mandando passar a certidão de três diplomas (pág. 1), está impresso em caracteres do mesmo corpo adoptado para a impressão dos documentos, quando o tipo em que está impresso o alvará do mesmo rei, de 20 de Maio de 1367, é de corpo menor? E porque motivo também se não segue sempre o mesmo critério na alfabetação dos documentos?

A indicação das variantes que existem entre o *Livro Verde* e

(9) Disse «na maior parte dos casos» muito de propósito, pois há também a considerar a circunstância de as subscrições notariais não aparecerem sempre por ordem cronológica — o que, admitindo-se que as transcrições para o *Livro dos Privilégios* foram feitas directamente dos originais ou do *caderno de purgaminho*, nem tôdas as vezes pode ser attribuído a erro de data, pois os próprios notários se revezam sem justificação possível. A explicação à primeira vista mais verosímil será a de que para esse cartulário se transcreveram também públicas-formas avulsas ou retinidas anteriormente em pequenos cadernos. Mas há ainda a considerar a possibilidade de terem ficado espaços em branco só preenchidos mais tarde — prática esta que se verifica em muitos outros cartulários.

Tudo isto não passa, porém, de sugestões apressadamente apresentadas. Gomo muito bem observa o Sr. Madahil, a solução dos problemas cronológicos do *Livro Verde* exige «demorado trabalho de pesquisás nos arquivos e avultado confronto de documentos».

o chamado *Códice Joanino* — nome por que é conhecida a certidão passada em 1491, por ordem de D. João 11, de diplomas da Torre do Tombo relativos à Universidade — justifica-a A. M. pela circunstância de as certidões de ambos os códices, directamente passadas de documentos da Torre do Tombo, mas em ocasiões muito distanciadas uma da outra, poderem «esclarecer algumas passagens mais obscuras, por êrro de transcrição do *Livro Verde*». Porém, estas razões não nos convencem das reais vantagens do critério seguido.

E evidente que, tratando-se de dois apógrafos (embora um feito directamente sobre o original) as operações de critica externa que hêsses textos se baseiem, apresentam enormes dificuldades que, por isso, a simples apresentação das variantes difficilmente poderá contribuir para resolver.

Longe de mim a ideia de desprezar um tal elemento de crítica, ou mesmo de o considerar menos valioso. Mas, na impossibilidade de acompanhar a presente edição do estudo crítico que o *Livro Verde* reclama, a melhor solução seria, a meu ver, o Autor aproveitar apenas as variantes que contribuissem para esclarecer passagens obscuras do texto, explicando como deviam ou podiam ser interpretados êsses passos pouco claros.

Já não assim em relação aos originais que ainda existem. E evidente que todas as suas variantes deviam ser cuidadosamente anotadas, dispensando-se, dêste modo, perfeitamente a publicação integral dêsses originais em apenso.

Estas ligeiras observações não foram, evidentemente, feitas com o propósito de diminuir o mérito do trabalho do Sr. António Madahil que, apesar de incompleto, nunca poderá deixar de ser considerado mais do que valioso — benemérito.

Ousamos, por isso, formular um voto : que o Sr. Madahil, seguindo os preceitos de Langlois (que cita, ao encerrar a sua Introdução), publique o inventário geral das espécies do Arquivo da Universidade — trabalho esse ainda mais urgente do que a publicação dos próprios documentos.